



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A Configuração do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Flávia Félix Barbosa*</b>	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Estudante
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este artigo tem como finalidade analisar a configuração do trabalho no capitalismo contemporâneo. Entender o mundo do trabalho e para onde ele se dirige é de extrema importância para se compreender o modo como a sociedade está se organizando para produzir e reproduzir a vida. É realizada uma revisão da literatura acerca do tema, dentro da perspectiva marxista, através da qual se demonstra que o trabalho vivo é a única fonte efetiva de valorização do capital. No capitalismo contemporâneo, a combinação de neoliberalismo, “financeirização do capital” e reestruturação produtiva levou a transformações significativas nos processos produtivos, na qualificação e na estrutura do mercado de trabalho. Tudo isso fez com que a classe trabalhadora se tornasse mais desarticulada, levando à maior precarização das relações de trabalho e à maior exploração do trabalho pelo capital.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Acumulação de Capital; Capitalismo Contemporâneo; Trabalho			
ABSTRACT			
<p>This article aims to analyze the configuration of work in contemporary capitalism. Understanding the world of work and where it goes is extremely important to understand how society is organized to produce and reproduce life. It performed a literature review on the subject within the Marxist perspective, through which one demonstrates that living labor is the only effective source of capital appreciation. In contemporary capitalism, the combination of neoliberalism, "financialization of capital" and restructuring of production has led to significant changes in production processes, and the qualification structure of the labor market. All this meant that the working class became more disjointed, leading to greater deterioration of working relationships and greater exploitation of labor by capital.</p>			
KEYWORDS			
Capital Accumulation; Contemporary Capitalism; Work			

### INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é analisar a configuração do trabalho no capitalismo contemporâneo a partir da perspectiva marxista. O capitalismo recente é marcado pela combinação específica de neoliberalismo, “financeirização do capital” e reestruturação produtiva, que tem afetado significativamente a esfera do trabalho. As políticas neoliberais, de forte liberalização e desregulamentação dos fluxos comerciais, financeiros e de capital, ganharam terreno diante das crescentes instabilidades econômicas por volta da década de 1970, marcadamente pela crise do capital. Elas legitimaram e reforçaram as transformações na acumulação do capital iniciadas no pós-II Guerra Mundial, o que conformou um padrão de acumulação flexível e financeirizado. Nesse

---

\* Economista pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Integrante do Grupo de Estudos Crítica à Economia Política (GECEP).

quadro, houve introdução de novos métodos de produção, baseados numa estrutura técnica e organizacional flexível, levando à reestruturação produtiva. Além das mudanças nos processos produtivos, ocorreram mudanças na qualificação do trabalho e na estrutura do mercado de trabalho, assim como, na relação capital-trabalho, criando um cenário de maior precarização e exploração do trabalho pelo capital.

## **1 TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL**

O trabalho é o primado das relações econômicas e sociais. Está na base da atividade econômica, sem o qual as inúmeras e variadas formas de relações sociais não poderiam existir, sendo, portanto, uma categoria indispensável para compreender o modo como a sociedade se organiza para produzir e reproduzir a vida (NETTO e BRAZ, 2006).

A essência do trabalho, para Lukács, está no fato de fazer o homem ir além da reprodução biológica. Ao responder às demandas cotidianas, através da relação com a natureza, o homem não se reproduz apenas biologicamente, mas, também, enquanto ser social, em virtude de possibilitar a criação de necessidades e relações sociais que vão além do espaço ligado diretamente ao trabalho, de forma que o trabalho passa a ser realizado dentro de um conjunto de relações sociais mais amplas. Assim, “*individuação e sociabilidade apenas existem enquanto determinações reflexivas, enquanto pólos de um mesmo processo: a reprodução social*” (LESSA, 2007, p.120).

Portanto, o fundamento da práxis social é o trabalho, embora o ser social não se reduza ao trabalho. O trabalho é fundante do ser social, em todo tempo e espaço, apesar de todas as mediações e especificidades históricas; cria determinadas relações materiais que se configuram como a base das relações sociais<sup>1</sup>.

Na formação social capitalista, o trabalho possui um duplo caráter, a saber: trabalho concreto e trabalho abstrato, tal como demonstrou Karl Marx, em *O Capital*. O trabalho concreto diz respeito ao dispêndio de trabalho sob uma forma particular, útil à produção de valores de uso para satisfação das necessidades humanas. O trabalho abstrato constitui-se pelo dispêndio de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, e constitui o valor das mercadorias, expresso em seu valor de troca<sup>2</sup> (MARX, 2006). Vale dizer, que sob a base mercantil-capitalista, trabalho concreto e trabalho abstrato constituem uma unidade.

---

<sup>1</sup> A respeito de as relações materiais configurarem a base das relações sociais, ver Karl Marx “*Miséria da Filosofia*”, 1895, p. 206-7. Entretanto, se faz necessário dizer, que as relações materiais não são suficientes para determinar a complexidade das relações sociais, mas constituem o fundamento material sobre o qual estas se erguem.

<sup>2</sup> Segundo Karl Marx (1980), os valores de troca das mercadorias, ou seja, os preços constituem uma função social para o processo de troca, sendo somente a expressão em dinheiro do valor.

Nesta formação social, em que produção é alicerçada na propriedade privada dos meios de produção, e o objetivo máximo é a valorização do capital, o trabalho assalariado torna-se característico, e a força de trabalho constitui-se como mercadoria *sui generis* no processo de valorização. Os despossuídos dos meios de produção e, portanto, dos meios de sobrevivência, se veem obrigados a vender a força de trabalho ao capitalista em troca dos meios de existência, e, por isso, têm de alienar sua atividade produtiva em proveito da valorização do capital. Assim, o trabalho, além de meio de satisfação das necessidades humanas, torna-se um instrumento de valorização do capital<sup>3</sup>.

O trabalho vivo é o único elemento capaz de criar valor e, por conseguinte, valorizar capital. É durante o processo produtivo que a força de trabalho preserva os valores dos meios de produção e ao mesmo tempo acrescenta novo valor, por meio do acréscimo de determinada quantidade de trabalho numa forma útil determinada, produzindo, em mercadorias, valor superior ao das utilizadas em sua produção (MARX, 2006). Durante o processo produtivo, o trabalhador produz em mercadoria, o valor equivalente ao que foi despendido na compra da sua força de trabalho. Porém, a produção capitalista visa à valorização do capital, e, para isso, tem de produzir além desse equivalente, tem de produzir um excedente. A relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário Marx designou de taxa de mais-valia, a qual reflete o grau de exploração da força de trabalho pelo capital. Portanto, o valor que a força de trabalho cria por sua atividade produtiva é superior ao valor pago pela força de trabalho, valorizando o capital. A efetiva valorização ocorre quando o capitalista volta ao mercado para vender as mercadorias e, de fato, consegue vendê-las, obtendo um retorno em dinheiro acima do valor monetário despendido na compra dos meios de produção e da força de trabalho.

Na atual fase do capitalismo, em que se tem a combinação de neoliberalismo, financeirização do capital e reestruturação produtiva, o trabalho assume uma configuração específica, de modo a continuar atendendo a acumulação capitalista. Os processos produtivos, o perfil e a relação capital-trabalho passaram por amplas transformações.

---

<sup>3</sup> O trabalho realizado mediante a venda da força de trabalho é alienado. Embora caiba no contexto deste trabalho, essa temática não será aqui desenvolvida. Dizemos somente que os despossuídos dos meios de produção e, portanto, dos meios de sobrevivência, se veem obrigados a vender a força de trabalho ao capitalista, e, por isso, têm de alienar sua atividade produtiva, em proveito da valorização do capital, em troca dos meios de existência. Como Marx tratou em *O Capital*, “o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não pode receber um sem transferir o outro. (...) e o valor-de-uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence a seu vendedor. O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira” (MARX, 2006, p. 227).

## 2 A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Nas últimas décadas, os valores dos ativos financeiros têm crescido em proporção e ritmo superior aos valores dos ativos reais, da formação bruta de capital fixo (FBCF), do produto interno bruto (PIB) e do comércio exterior. Conforme Chesnais (1996, p. 244), “entre 1980 e 1992, o crescimento dos ativos acumulados foi mais de duas vezes e meia mais rápido do que o da formação de capital fixo (...) de forma que, em 1992, os ativos acumulados eram o dobro do que o PNB acumulado de todos os países da OCDE juntos, e três vezes mais do que as exportações totais”. Chesnais demonstrou ainda, com base nos dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS), de 1994-1995, que dos cerca de 1,4 trilhões de dólares transacionados diariamente nos mercados de câmbio, apenas uma proporção de muito pequena, algo em torno de 5 a 8% correspondiam a uma transação internacional real (CHESNAIS, 1998, p. 15).

Norman Gall (2008), diretor executivo do Instituto Braudel de Economia Mundial, mostrou com base nos estudos do *Global McKinsey Institute (MGI)*, que o estoque de ativos financeiros globais contabilizados em 2006 era quase quatro vezes maior que o PIB mundial, alcançava a cifra de US\$ 167 trilhões. Segundo Rodrigo Dantas (2009, p.50), “os diversos tipos de ativos financeiros em circulação no planeta foram estimados, em 2008, como algo que ultrapassa a fantástica cifra de 680 trilhões de dólares para um PIB mundial que se situa em torno de 60 trilhões de dólares”, ou seja, mais de dez vezes mais que a produção real de riqueza.

Esses números facilitam a percepção da mudança do padrão de acumulação no capitalismo contemporâneo, com hipertrofia da esfera financeira diante da esfera produtiva, que produz diretamente a mais-valia. Como Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani argumentaram, na atual fase do capitalismo há um predomínio da lógica especulativa sobre a produtiva, “o *capital industrial* converte-se em *capital especulativo* e sua lógica fica totalmente *subordinada* à especulação e *dominada* pelo parasitismo” (CARCANHOLO e NAKATANI, 2006, p.3). Assim, o capital voltado para as funções produtivas adotou a lógica especulativa e parasitária, subordinando a seus ditames.

As políticas neoliberais foram decisivas para esta hipertrofia da esfera financeira. Segundo Ricardo Antunes (2007b), o neoliberalismo constituiu um projeto de reorganização político e ideológico do capital diante das instabilidades econômicas vividas ao longo da década de 1970, visando à estabilidade e a retomada do patamar de acumulação do capital em âmbito global. O neoliberalismo, fundamentado no ideário do *Laissez-faire*, é menos orientado para produção, menos contratualista, menos rígido nas relações entre capital e trabalho.

As políticas neoliberais foram adotadas principalmente ao final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980 pelos países capitalistas mais desenvolvidos. A partir disso, o neoliberalismo

se transformou na ideologia dominante no que diz respeito à condução da política econômica e social, implicando vários ajustes estruturais. Estabeleceu normas de interação econômica global baseada na liberalização e desregulamentação dos mercados, das atividades produtivas e financeiras. O neoliberalismo colocou os capitais em concorrência global. Além disso, legitimou e reforçou as transformações na acumulação de capital conformando um padrão de acumulação flexível e financeirizado, no qual predomina o capital portador de juros e o capital fictício.<sup>4</sup>

Os governos que adotaram as políticas neoliberais destruíram e reduziram muitos controles e fiscalizações, liberalizando os movimentos de capitais. Isso criou maior integração internacional dos mercados nacionais, sobretudo dos mercados financeiros, através da abertura dos mercados de câmbio, de obrigações, de ações e de crédito. As taxas de juros reais positivas – e, em muitos países, elevadas –, a taxa de câmbio flutuante e a inflação controlada serviram de grande incentivo para que o capital fosse aplicado na esfera financeira.

Segundo François Chesnais (1996), os grupos industriais multinacionais também foram agentes ativos da mundialização financeira, uma vez que satisfazem grande parte de suas necessidades de financiamento através da emissão de ações nos mercados financeiros. Além disso, atuam em vários segmentos desse mercado, buscando obter rentabilidade com os empreendimentos financeiros e com as operações especulativas. Um exemplo desses empreendimentos é a criação de bancos por parte grupos industriais, e exemplos das operações especulativas são as atuações nos mercado de câmbio, de ações e obrigações obtendo rendas explorando as variações das taxas de câmbio, dos valores dos ativos financeiros, das taxas de juros e das medidas políticas adotadas.

De fato, “as finanças”, ou seja, o capital portador de juros e o capital fictício, influenciaram o nível e o ritmo da acumulação de capital, orientaram o investimento produtivo de modo a atender seus interesses, a saber, a transferência crescente de riqueza real produzida pelo trabalho para a esfera financeira. Nesse quadro, intensificou-se a introdução de novos métodos de produção, levando à reestruturação produtiva, para intensificar a extração de mais-valia.

Esta dinâmica de acumulação capitalista, mais especulativa e parasitária, implicou mudanças na composição do capital, na organização e controle do trabalho em busca de aumento de produtividade do trabalho, pois a explosão no volume do capital portador de juros e do capital fictício precisa ter algum respaldo na riqueza real produzida pelo trabalho (SABADINI, 2009).

---

<sup>4</sup> Segundo Marx (1993b), o *capital portador de juros* é o capital que procura a valorização através do juro, do empréstimo ao capitalista dedicado às funções produtivas. Trata-se de uma forma funcional do capital com ciclo próprio de valorização. O *capital fictício* é um desdobramento do capital portador de juros, uma nova forma funcional de capital ganhou existência ao se exigir em troca do capital emprestado títulos de propriedade, que representam direitos a rendimentos futuros com base na taxa de juros capitalizados. Chesnais (2005, p.35) argumenta que “o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais”.

Assim, o que se tem é uma autonomia relativa da esfera financeira em relação à produção, como explica François Chesnais:

[...] parte elevadíssima das transações financeiras verifica-se no circuito fechado formado pelas relações financeiras especializadas. Mas isso não quer dizer que não existam vínculos muito fortes (...) entre a esfera de produção e circulação e a das finanças. A esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações. Uma parte, hoje elevada, dessa riqueza é captada ou canalizada em proveito da esfera financeira, e transferida para esta. Somente depois de ocorrer essa transferência é que podem ter lugar, dentro do circuito fechado da esfera financeira, vários processos de valorização, em boa parte fictícios, que inflam ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros. (CHESNAIS, 1994, p.246)

As diferentes formas funcionais do capital, de uma forma ou de outra, ou uma hora ou outra, têm de se colocar diante do trabalho, de se defrontar com a produção real de riqueza, para poder exigir participação desta riqueza. Realmente, dentro da esfera financeira, os capitais têm uma dinâmica própria de valorização, dando a impressão de que se valorizam autonomamente sob a forma de juros, dividendos e ganhos especulativos. Entretanto, a origem efetiva de sua valorização encontra-se na produção que mobiliza e explora a força de trabalho, pois se trata, em grande medida, de distribuição de mais-valia.

A importância cada vez maior do capital a juros e do capital fictício para financiar a produção pressionou para diminuir os custos de produção e aumentar o rendimento do trabalho, e como um imperativo, levou à reestruturação produtiva. Inclusive, o enorme crescimento do “capital especulativo parasitário”<sup>5</sup> só foi possível devido a um incremento da exploração do trabalho a partir da reengenharia do processo de produção. Sobre essa temática vejamos Sabadini:

O capital fictício e o processo de desmaterialização que ele implica, induz também uma pressão visando aumentar a produção de mais-valia na esfera produtiva. O capital produtivo, em vias de se transformar para aumentar seu excedente, tem necessidade de reduzir seus custos, sobretudo pela influência da esfera financeira (...). Enfim a acumulação financeira entra num movimento de valorização do capital que interfere, cada vez mais, no cotidiano das grandes empresas, nas decisões da política econômica de um país, na soberania de uma nação. (SABADINI, 2009, p.5)

A reestruturação produtiva do capitalismo recente foi possibilitada principalmente pelo emprego das tecnologias de automação flexível, a saber, as tecnologias de base microeletrônica, e, das formas de organização do trabalho mais flexíveis, em que se destaca o toyotimo.

---

<sup>5</sup> Esta expressão é de autoria de Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani. Segundo Carcanholo e Nakatani (2006), o capital especulativo parasitário surge quando o capital portador de juros e o capital fictício ultrapassam o necessário para o funcionamento normal da produção, adquirindo uma lógica especulativa que contamina até mesmo o capital dedicado às funções produtivas.

### 3 A ATUAL CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO

Segundo Sabadini (2009), esse atual modelo de acumulação afeta direta e profundamente a esfera produtiva do capital. Isto é evidente, tanto do ponto de vista da composição do capital, que teve sua parte constante aumentada, quanto do ponto de vista da organização da produção, que se tornou mais flexível.

A tendência do capital é acumular aumentando sua parte constante, reduzindo relativamente o trabalho vivo necessário para pôr em funcionamento quantidade crescente de meios de produção. Isso, além de produzir uma população trabalhadora excedente, produz menor massa de mais-valia em relação ao capital total acumulado e, portanto, a taxa de lucro cai para o sistema como um todo<sup>6</sup>. O capital é a contradição em processo. Seus métodos, empregados para aumentar o rendimento do trabalho vivo, acabam levando à queda da taxa de lucro, à medida que são generalizados. Portanto, a difusão da base técnica e organizacional flexível intensificou as contradições do capital e provocou transformações significativas no mundo do trabalho.

Neste contexto há o imperativo de flexibilidade do trabalho e das relações de trabalho. Ampliou-se o número de ocupações produtivas dos trabalhadores e diversificou os contratos de trabalho. Isto levou a mudanças na qualificação e na estrutura do mercado de trabalho.

As tecnologias de automação flexível tiveram papel crucial para as alterações na natureza da qualificação do trabalho. Segundo Ricardo Antunes (2007b, p. 119), o trabalho manual direto sofreu significativa redução; em contrapartida, houve “ampliação do trabalho qualificado, multifuncional, dotado de maior dimensão intelectual”, para exercer a função de supervisão do processo de produção. José Ricardo Tauile (2001) também fala acerca da crescente perda de importância das habilidades manuais e dos conhecimentos empíricos para a produção. Em contrapartida, aumentou a necessidade de uma educação formal mais ampla, de um pensamento mais abstrato para conceber o processo de trabalho. Além disso, Tauile argumenta que as qualificações tornaram-se transitórias. Se num primeiro momento exigem-se certos conhecimentos, num segundo momento não são mais necessários em função das sucessivas inovações que os incorporam aos programas. Outras transformações apontadas por Tauile (2001, p.126) foram:

---

<sup>6</sup> “A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitivamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia (...). Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta em movimento (...) assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente (...). A queda da taxa de lucro expressa, portanto, a proporção decrescente da própria mais-valia em face do capital global adiantado”. (MARX, 1983b, p.164-5)

- a) um movimento no sentido da homogeneização da força de trabalho na fábrica;
- b) um movimento no sentido de criação de uma nova cultura profissional tanto na fábrica como nos escritórios;
- c) uma tendência à diferenciação de salários dos operadores de máquinas ferramentas de controle numérico (MFCN) em relação aos operadores de máquinas convencionais;
- d) algumas atividades produtivas tornam-se desnecessárias e desaparecem, enquanto outras foram criadas ou significativamente transformadas;

Nesse sentido, para Tauile (2001), a homogeneização do trabalho diz respeito ao processo de simplificação do trabalho dos operadores das máquinas ferramentas de controle numérico, tornando-o similar ao dos operadores de máquina de base eletromecânica, em virtude das inovações que incorporaram os conhecimentos às máquinas. A nova cultura profissional diz respeito à pouca margem de decisão e intervenção direta do trabalhador no decorrer do processo produtivo, devido o controle do equipamento ser relativamente distante, por meio de computadores, que permitem a percepção integrada do processo de trabalho. Para o autor, a diferença salarial dos operadores das máquinas de base microeletrônica advém de terem uma educação formal mais ampla, de realizarem uma gama de tarefas (planejamento, programação, operação, controle) e por operarem equipamentos caros e de extrema importância para a produção. Por fim, Tauile argumenta que com a aplicação da microeletrônica ao processo produtivo, algumas atividades tornaram-se desnecessárias e desaparecem, outras foram criadas e outras transformadas. Desapareceu o trabalho manual qualificado do operador das máquinas ferramentas universal (MFU), utilizado antes para os processos de baixa produção. Criaram-se as atividades de programação, de sistema, de métodos e processos. Reduziu-se o controle de qualidade em função da alta regularidade e precisão dessa base técnica. Aumentou o trabalho de manutenção, por ser imprescindível ao funcionamento do processo produtivo.

Segundo Moraes Neto (2003), a introdução das tecnologias de base microeletrônica para produção flexível, implicou simplificação e redução das funções do trabalho de operação, do trabalho de tipo *skill*, isto é, com característica ainda artesanal, que exigia amplo conhecimento empírico acumulado, ampla habilidade manual, ampla intervenção no processo produtivo. Entretanto, essas máquinas, exigem um trabalho de preparação e supervisão extremamente complexo, à altura da complexidade do sistema técnico. Exige conhecimentos qualitativamente diferentes e novas habilidades. A microeletrônica implica que o trabalhador entenda o sistema técnico integrado e exige uma unificação do trabalho de programação, operação e manutenção; por



isso, a qualificação deve ser de tipo *knowledge*, isto é, conhecimento abstrato, científico e tecnológico<sup>7</sup>.

Em suma, com as tecnologias de base microeletrônica, houve mudanças nas qualificações do trabalho. Diminuíram o trabalho manual, o conhecimento empírico, o trabalho de operação de máquinas ligado diretamente ao processo efetivo de produção e aumentaram e unificaram o trabalho de programação, de supervisão e de manutenção, tornando o trabalho multifuncional e “dotado de maior dimensão intelectual”, nas atividades que precedem a produção propriamente dita.

Nas últimas décadas, houve, também, mudanças significativas na estrutura do mercado de trabalho. Cresceu significativamente o assalariamento no setor de serviços, o trabalho terceirizado ou subcontratado<sup>8</sup>, parcial<sup>9</sup>, temporário<sup>10</sup> e informal. Reduziu o número de trabalhadores empregados na indústria e com vínculo empregatício estável. Sobre essas metamorfoses do trabalho no capitalismo recente vejamos Ricardo Antunes:

Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma *desproletarização do trabalho industrial fabril*, nos países de capitalismo avançado (...). Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do assalariamento, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a *sociedade dual* no capitalismo avançado [...] (ANTUNES, 2007a, p.49)

Dessa forma, houve uma nítida redução das formas mais estáveis de trabalho características do fordismo, da estrutura fabril verticalizada, e a crescente flexibilização do trabalho característica das unidades produtivas horizontalizadas, em que se destaca o toyotismo. David Harvey (2008) também mostra essa redução dos trabalhadores empregados em tempo integral, amparados pela seguridade social, com boas perspectivas de promoção e de aperfeiçoamento

---

<sup>7</sup> “[...] o entendimento de um processo ou informação a um nível abstrato, tais como aqueles que podem ser transmitidos a outro indivíduo de forma igualmente abstrata. Como tal, o conhecimento deve ser explicitamente racionalizado em termos abstratos que possam ser prontamente entendidos – um processo que passamos a conhecer como ciência e tecnologia”. (KAPLINSKY *apud* MORAES NETO, 2003, p.47)

<sup>8</sup> A transferência de determinadas atividades assessorias de uma empresa para terceiros, por exemplo, empresa contratada ou subcontratada, gera uma relação em que o empregado trabalha para a empresa contratante por prazo determinado ou indeterminado sem ter vínculo trabalhista com a mesma

<sup>9</sup> São caracterizados como trabalhadores em tempo parcial aqueles que trabalham menos de 30 horas por semana. (SABADINI, 2009)

<sup>10</sup> Trabalho com contrato por tempo determinado ou simplesmente trabalho temporário é aquele prestado para atender necessidades específicas e transitórias, por exemplo, contratos para substituição temporária de trabalhador permanente e contratos para acréscimo extraordinário de trabalho em períodos que aumenta a demanda.

profissional, e o crescimento do grupo de trabalhadores mais flexíveis, que têm menos segurança no emprego e recebem em média salários mais baixos do que o primeiro grupo. Harvey mostrou ainda o crescimento expressivo dos trabalhadores com relações de trabalho informais, que não têm sequer a mínima proteção social, pois normalmente não contribuem com a seguridade social.

Segundo Sabadini (2009, p.9), “o emprego em tempo parcial passou de 13,2% entre 1976-1979, a 14,7% (1980-1989), 14,7% (1990-1999) e 15,7% entre 2000-2005 (OCDE, base de dados Labourstat)”. Este autor demonstra ainda, com base nos dados CEPALSTAT/CEPAL, que “os ocupados nos setores de baixa produtividade (setor informal) na América Latina, em relação ao total das pessoas ocupadas, passaram de 46,7% em 1990, a 49,6% em 1997 e 51,4% no fim dos anos 1990”. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao analisar as características da formalização do mercado de trabalho brasileiro, entre 2001 e 2009, apontou que as ocupações formais cresceram significativamente, passando de 28,5 milhões, em 2001, para 41 milhões em 2009. Entretanto, o número das ocupações informais continuou bem acima das ocupações formais, aumentando de 43,7 milhões, em 2001, para 47,7 milhões, em 2009, um aumento de 9,2%.

Estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), apresentado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sobre a movimentação contratual no mercado de trabalho formal e a rotatividade no Brasil, no período de 2000 a 2009, mostra a diminuição da duração dos vínculos trabalhistas em virtude do aumento da flexibilidade contratual. Os dados sobre os desligamentos anuais segundo as faixas de tempo de emprego mostram que quase 80% dos trabalhadores despedidos em cada ano, ao longo dos nove anos analisados, tiveram o desligamento antes de completar dois anos no emprego. Em contrapartida, a quantidade de trabalhadores formais com vínculo empregatício com menos de dois anos subiu de 44% para 50%. O estudo mostra ainda uma tendência declinante no tempo médio que o trabalhador formal permanece no emprego, de 5,5 anos, em 2000, baixou para 5 anos, em 2009, aproximadamente.

Portanto, no capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo, a “financeirização do capital” e a reestruturação produtiva levou à flexibilização do trabalho e dos contratos de trabalho e, por conseqüência, ao aumento da rotatividade do trabalho. Este processo de “precarização” tem aumentado recentemente em virtude da instabilidade macroeconômica recorrente do padrão de acumulação financeirizado. Este aumentou sobremaneira a quantidade de capital à procura de valorização via apropriação de mais-valia num momento histórico de difusão de uma base técnica e organizacional altamente poupadora de trabalho vivo, único produtor de mais-valia. Com isso, houve um estreitamento da base material de valorização do capital. A este respeito Marcelo Carcanholo diz:

“[...] a lógica da apropriação de mais-valia é alastrada/expandida, em detrimento da produção do excedente, uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos. O resultado final é a redução da taxa de lucro e o aprofundamento do comportamento cíclico da crise” (CARCANHOLO, M., 2008, p.15).

Rodrigo Dantas (2009) mostrou que a taxa média de lucro está em trajetória de queda desde o fim dos anos 60, sendo que a partir de 2006 caiu mais rapidamente.<sup>11</sup> “Não há produção e extração de mais-valia suficiente para alimentar a imensa massa de capitais sobre-excedentes que diariamente circula nos mercados financeiros de todo o planeta” (DANTAS, 2009, p.48)<sup>12</sup>. O resultado dessa contradição é a formação de bolhas inflacionárias de ativos financeiros que geram tensões dentro desses mercados e se propagam por toda a economia. Por isso, no atual momento histórico do capitalismo, o nível de crescimento da economia tem se mantido tão baixo e as taxas de desemprego elevadas. Conforme Chesnais, a taxa de crescimento da produção industrial dos países da OCDE apresentou queda contínua, passando de “cerca de 6% no início dos anos 60 para 2% ao longo dos anos 90.” (2005, p.57). Os dados da OCDE, apresentados por Sabadini (2009, p. 8), mostram que a taxa de crescimento do PIB mundial na década de 1980 foi de 3%, sendo 2,7% na década de 1990 e 3,1% nos seis primeiros anos deste século. A taxa de desemprego mundial na década de 1990 foi de 5,9%, subindo para 6,2% no período de 2000 a 2006. Segundo Sabadini:

As informações sobre a taxa de desemprego, por exemplo, indicam um forte aumento durante os anos 1980 até a metade dos anos 2000. Nos países subdesenvolvidos, essa evolução positiva é mais marcante. Essas estatísticas contam, normalmente, a taxa aberta, onde o trabalho precário e as pessoas desencorajadas a procurar trabalho não entram no cálculo. Com exceção dos países da OCDE, mesmo se a última década ainda não terminou, as taxas aumentaram em todos os casos. Apesar das taxas de desemprego terem recuado um pouco nos países da OCDE, o desemprego de longa duração nessa região aumentou passando de 10% entre 1975-1979 a 28% nos anos 1980, 32,3% na década de 1990 e 31% entre 2000-2005, tornando assim mais difícil a reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho e mantendo também um “exército industrial de reserva” que acentua a pressão sobre os salários e torna mais difícil as tentativas de reorganização da classe trabalhadora. (SABADINI, 2009, p.8)

---

<sup>11</sup> “A taxa de lucro média, para além de suas oscilações conjunturais, sofre uma trajetória de queda histórica desde o fim dos anos 60. Apesar das diferenças decorrentes das diversas modalidades de cálculo adotadas nesses estudos, todos eles convergem em apontar que, depois de um forte crescimento nos anos do pós-guerra até 1967, uma tendência de queda até 1980, uma recuperação irregular até 2000, seguida de nova queda e de uma nova recuperação entre 2003 e 2005, desde 2006 a taxa de lucro entrou em queda livre. A taxa de lucro em 2004 não só era bem menor que em 1967, mas também menor que o pico da taxa de lucro nos anos 90, que jamais chegou a se aproximar dos níveis atingidos no longo período de crescimento do pós-guerra”. (Dantas, 2009, p.63)

<sup>12</sup> Segundo Rodrigo Dantas (2009, p.50) a produção insuficiente de mais-valia produzida diante da superprodução e da superacumulação de capitais especulativos e parasitários desencadeou uma espiral de queda da taxa de lucro que não pôde ser contida nem mesmo pela intervenção dos Estados.

A resposta que o capital sempre dá a sua própria crise é o aumento da exploração do trabalho, é a criação de mecanismos que derrotem os trabalhadores na luta de classes. O aumento da população trabalhadora excedente tem papel crucial nesse processo, pois mina a organização da classe trabalhadora, quebra sua resistência e debilita suas lutas deixando os trabalhadores suscetíveis aos imperativos do capital. Os Estados também têm papel crucial para atenuar os efeitos da crise, intervindo por meio de suas políticas econômicas, de concessão de subsídios, isenções fiscais, transferências diretas, visando principalmente manter a integridade da moeda, dos ativos financeiros e dos lucros para fazer com que a acumulação de capital prossiga (HARVEY, 2008). Dessa forma, o Estado atua injetando liquidez e expandindo a dívida pública. O aumento da dívida pública gera fortes pressões fiscais, conduzindo às típicas políticas neoliberais de austeridade orçamentária (CHESNAIS, 2005)<sup>13</sup>. Sobrevêm os ajustes estabilizadores e conseqüentemente os cortes na área social, os controles salariais, a diminuição das políticas ativas de investimento por parte do Estado e a diminuição da proteção social.

Essas medidas conseguem apenas adiar temporariamente a crise. Elas permitem a estabilização no curto prazo, mas aguçam as contradições do capital, recolocando a crise com mais intensidade no futuro. Criam um quadro ainda mais depressivo na economia mundial, com maior queda da taxa de lucro, taxas mais baixa de crescimento e mais elevadas de desemprego<sup>14</sup>. Por mais que tente, o capital não pode escapar da lei do valor. Como argumenta Rodrigo Dantas:

[...] a crise se prolongará enquanto a massa excedente de capitais sobre-produzidos e sobre-acumulados não conseguir restaurar e ampliar as bases materiais de sua valorização. Para superá-la, o capital não tem alternativa senão “socializar” seus prejuízos em larga escala, sequestrar o Estado para seus próprios fins e empreender os mais duros ataques, as mais pesadas perdas e as maiores derrotas à classe trabalhadora, numa escala ainda maior do que em seu último período de expansão. (DANTAS, 2009, p.54)

O Estado permite a maior desregulamentação das relações de trabalho, retira direitos trabalhistas reduzindo a seguridade social e os níveis salariais. Aumenta a quantidade de trabalhadores que não consegue a aposentaria e que não consegue o seguro-desemprego por não atingirem o tempo mínimo necessário para o acesso aos benefícios. O estudo apresentado pelo MTE, mencionado anteriormente, mostra que o salário médio dos trabalhadores demitidos, que

---

<sup>13</sup> Segundo Chesnais cerca de 20% dos gastos orçamentários e 3 a 5% do PIB são de despesas com os serviços da dívida nos países da OCDE.

<sup>14</sup> Com o aumento da dívida pública, o Estado reduz os investimentos, deixando de gerar empregos. A taxa de juros elevada, que também faz parte da política de austeridade, aumenta a atração de capital para a esfera financeira e coloca a necessidade de uma taxa de lucro maior que a taxa de juros para os capitalistas efetivarem o investimento produtivo que normalmente gera mais postos de trabalho. A elevação da taxa de juros aumenta o endividamento das empresas, provocando cortes nos investimentos e demissão de trabalhadores.

conseguiram ser empregados novamente no mesmo ano, é inferior aos salários dos que permaneceram empregados. Tal fato tem, para nós, como um dos elementos explicativos, a concorrência mais acirrada entre os trabalhadores à procura de emprego, que os faz sujeitarem-se as condições postas pelo capital. Diante de tudo isso, é profunda a precariedade vivida no mundo do trabalho, com significativas implicações na relação capital-trabalho.

Nesse quadro, a classe trabalhadora encontra-se muito desorganizada em função da sua maior fragmentação e heterogeneidade, do desemprego estrutural, enfim, de todas as medidas adotadas pelo capital e pelos Estados capitalistas para descarregar o peso da crise sobre essa classe produtora de toda a riqueza. Ricardo Antunes (2007a) coloca que as transformações em curso no mundo do trabalho afetaram a forma de ser da classe trabalhadora. Afetaram a consciência, a subjetividade e suas representações. As taxas de sindicalização reduziram-se significativamente a partir da década de 1980, principalmente em virtude da redução do emprego nos setores e regiões mais sindicalizadas, da redução do emprego estável e do aumento do trabalho precarizado. Houve uma crescente institucionalização e burocratização das formas de representação do trabalho para adquirir o *status* de legitimidade, e isso fez com que se afastassem dos movimentos sociais combativos, das concepções anticapitalistas, redirecionando-os para um sindicalismo de empresa, de acordos firmados com o capital, com atuação defensiva. Acerca dessa temática, Ricardo Antunes diz:

Estas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas e culturais etc. dos diversos países onde são vivenciadas, penetram fundo no operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses na *forma de ser do trabalho*. A crise atinge também intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. O sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Abandonam o sindicalismo de classe dos anos 60/70, aderindo ao acrílico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. Abandonam a perspectiva emancipatória, da luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrílica da “social democratização”, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. A postura brutalmente defensiva dos sindicatos diante da onda privatista é expressão do que estamos nos referindo. A derrocada do Leste europeu, do stalinismo e da esquerda tradicional – que a mídia da ordem chamou de “fim do socialismo” ainda não foi suficientemente assimilada e analiticamente enfrentada pela esquerda, que se vê também na defensiva. Tem sido incapaz, até o presente, de mostrar que o fim de uma tentativa inglória de construção de uma sociedade que não conseguiu ir além do capital (...). Os sindicatos – e também os partidos – operam um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Esquecem a luta pelo controle social da produção, tão intensa nos anos 60/70, e subordinam-se à ação pela participação dentro da ordem. Tramam sua ação dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. O mundo do trabalho não encontra – enquanto tendência dominante – nos seus órgãos de representação sindicais e

partidários, disposição de luta anticapitalista. As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para além do capital. Enfim foi uma década crítica, repetimos, em que vivenciou a mais aguda crise do mundo do trabalho neste século [...]. (ANTUNES, 1998, p.72-3)

Atílio Borón (1995) também tratou sobre a crise vivida nas representações da classe trabalhadora. Seus argumentos estão postos a seguir:

[...] as tradicionais estruturas de representação coletiva dos interesses populares se acham em crise. Partidos e sindicatos percebem como sua eficácia reivindicativa e sua credibilidade são erodidas (...). O esvaziamento da política (...) converte os partidos políticos em simples carimbos privados de qualquer capacidade de convocação e de mobilização; e a flexibilização laboral e a progressiva informalização dos mercados destrói pela raiz os próprios fundamentos da ação sindical. O que resta então? Resta a estratégia predileta que o neoliberalismo impôs às classes populares: “o salve-se quem puder”, abdicando qualquer pretensão solidária, qualquer esforço coletivo de organização e representação (...) desorganizadamente e de maneira mais egoísta, tratam de encontrar uma “solução individual” para os rigores da exploração classista. Essa estratégia individualista passa pela renúncia e a submissão às duras (...) condições de exploração incorporadas aos projetos de “flexibilização” laboral.” (BORÓN, 1995, p.107-8)

De fato, as transformações em curso no mundo do trabalho afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, sua consciência e representações. Ela tem encontrado sérias dificuldades de superar sua fragmentação e heterogeneidade para construir objetivos coletivos. Os sindicatos e suas outras organizações políticas estão extremamente fragilizados, perderam a solidariedade, o poder e o vigor da luta da classe. Com isso, instaurou-se uma situação de individualização das relações de trabalho, de concorrência generalizada entre os trabalhadores. As conseqüências desse processo são: maior precarização das relações de trabalho, diminuição da segurança social, manutenção de baixos salários, enfim, o aumento da exploração. (ANTUNES, 2007a; BORÓN, 1995). Essa configuração do trabalho tem garantido a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo. O trabalho continua sendo central para criação de valor e mais-valia. (HARVEY, 2005; ANTUNES, 2007a)

O futuro do trabalho será o resultado da luta de classes materializadas em nível social. Neste quadro histórico, com crescentes derrotas sofridas pela classe trabalhadora, tudo aponta para um cenário de maior precarização e superexploração do trabalho. Segundo Sabadini:

(...) recentemente, a OCDE (2006) reforçou essas análises recomendando o encorajamento ao abandono dos regimes públicos de aposentadoria; a diminuição do pagamento das prestações do seguro-desemprego; a eliminação do peso da legislação do trabalho que impede os livres acordos entre empregadores e assalariados; uma maior maleabilidade da regulamentação relativa aos contratos de duração determinada e temporária; a possibilidade de uma remuneração flexível... Enfim, tudo que se coloca na “boa via” da desregulamentação do trabalho. (SABADINI, 2009, p.7-8)

Porém, há limites de tolerância das massas ao aumento da exploração do trabalho e às degradações das suas condições de vida (NETTO, 1995). Têm surgido manifestações contra as políticas de austeridade implantadas pelos governos para contrabalancear os efeitos da crise, iniciada em 2007, entre eles a diminuição da taxa de lucro, aumento do endividamento público e da inflação. Como reação a estas medidas, milhões de trabalhadores saíram às ruas, principalmente na Europa, na Grécia, na Itália, na França, em Budapeste, no Reino Unido, em Portugal.

Mas, no momento, não há um projeto alternativo para produção e reprodução da vida, com valores e estratégias concretos, coerentes e coesos, que consiga verdadeiramente adentrar às massas e mobilizá-las para que possa ser implantado quando as condições históricas forem propícias para isso. Como diz Atilio Borón, “é evidente que hoje, não está na agenda histórica de nossas sociedades a iminência de uma transformação revolucionária num sentido socialista” (1995, p.188). Estamos num momento histórico de derrota e recuo do movimento da classe trabalhadora, em que não há perspectiva de transformação social radical. Diante disso, as condições do trabalho tendem a ser ainda mais degradantes no futuro próximo, com um nível de exploração do trabalho ainda maior, um verdadeiro processo de regressão social.

Todavia, não estamos no “fim da história”. As relações sociais são dinâmicas e transitórias e poderão mudar no sentido de as massas se unirem, para pressionar para manter os direitos historicamente conquistados e para que haja reformas de curto prazo, com intuito de melhorar as condições de vida. Essas lutas poderão levar a verdadeiras transformações sociais, à criação de idéias, valores e projetos alternativos, de modo a conformar uma nova forma de organização social para produção e reprodução da vida. Entretanto, isto jamais será um resultado espontâneo do desenvolvimento do sistema capitalista, e sim perpassará por intensos conflitos de classes, de enfrentamento com as poderosas forças do capital.

## **CONCLUSÃO**

No capitalismo contemporâneo, marcado pelo neoliberalismo, pela “financeirização do capital” e pela reestruturação produtiva, o trabalho assume uma nova configuração. Os processos produtivos, o perfil de trabalho e a relação capital-trabalho passaram por amplas transformações. Os processos produtivos foram aperfeiçoados ou revolucionados pela automação e organização flexível que levou a alterações na composição do capital e ao aumento da extração da mais-valia.

Neste contexto, houve transformações significativas no mundo do trabalho. O trabalho e as relações de trabalho foram flexibilizados e ocorreram mudanças na qualificação e na estrutura do mercado de trabalho. Assim, houve diminuição do trabalho manual, do conhecimento empírico, do trabalho de operação de máquinas diretamente aplicado à atividade produtiva, e aumento das

funções produtivas dos trabalhadores, do trabalho de programação, de supervisão e de manutenção, “dotado de maior dimensão intelectual”, ou seja, de uma educação formal mais ampla. Nas últimas décadas, reduziu o número de trabalhadores empregados na indústria e com vínculo empregatício estável e cresceu o assalariamento no setor de serviços, o trabalho terceirizado, subcontratado, parcial, temporário e informal.

Esse processo de flexibilização do trabalho e das relações de trabalho tem sido ampliado pela instabilidade econômica recorrente deste padrão de acumulação financeirizado em decorrência do caráter mais especulativo e parasitário do capital que tem estreitado sua base material de valorização, implicando baixas taxas de crescimento e elevadas taxas de desemprego. Nesse quadro, a classe trabalhadora encontra-se numa verdadeira atuação defensiva e de aceitação à subordinação ao capital. É profunda a precariedade vivida no mundo do trabalho, com retiradas de direitos trabalhistas, manutenção de baixos salários e aumento da exploração.

## REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Nº de referência: ABNT NBR 14724:2011. Terceira edição, 17 mar. 2011.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON; *et al.* A Trama do Neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007b.

\_\_\_\_\_. Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro. In: **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

ANTUNES, R. e ALVES, G. **As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2010.

BORÓN, A. A Sociedade Civil Depois do Dilúvio Neoliberal. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CARCANHOLO, R e NAKATANI, P. **O Capital Especulativo Parasitário**: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. 2006. Disponível em: <<http://rcarcanholo.sites.uol.com.br/Textos/at9902.pdf2006A>> cesso em: 14 dez. 2010



CARCANHOLO, R e NAKATANI, P. **Capitalismo Especulativo e Alternativas**. S/d. Disponível em: <[http://www.sep.org.br/artigo/1\\_congresso/72\\_6a1249550cb0b9476cc5f6a7eb1e825f.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/72_6a1249550cb0b9476cc5f6a7eb1e825f.pdf)> Acesso em: 14 dez. 2010.

CARCANHOLO, R e SABADINI, M. **Capital Fictício e Lucros Fictícios**. Revista Soc. Bras. Economia Política, Rio de Janeiro, nº24, p. 41-65, junho de 2009. Disponível em: <[http://www.sep.org.br/revista\\_artigo/revista241.pdf](http://www.sep.org.br/revista_artigo/revista241.pdf)> Acesso em: 14 dez. 2010.

CARCANHOLO, M. **Dialética do Desenvolvimento Periférico**: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **A Mundialização Financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998. 20

\_\_\_\_\_. (Org.). **A Finança Mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CORIAT, B. Sociologia do Trabalho: organização do trabalho industrial. In: **Ciência, técnica e capital**. Lisboa: A Regra do Jogo, Edições, Ltda, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pensar Pelo Averso**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

DANTAS, R. **A Grande Crise do Capital**. Cadernos de Ética e Filosofia Política 14, 1/2009, p. 47-72. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/cefp/Cefp14/dantas.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2011.

FERNANDES, L. **Neoliberalismo e Reestruturação Capitalista**. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Formalização do Mercado de Trabalho Brasileiro entre 2001 e 2009. **Comunicados do IPEA**, nº 88, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110427\\_comunicadoipea88.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110427_comunicadoipea88.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2011.

GALL, N. A Festa do Crédito e a Economia Mundial: dinheiro, ganância e tecnologia. **Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial**, n. 43, 2008. Disponível em: <[http://www.braudel.org.br/publicacoes/bp/bp43\\_pt.pdf](http://www.braudel.org.br/publicacoes/bp/bp43_pt.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2010.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, E. **A Crise do Capital**: Os fatos e sua interpretação marxista, São Paulo: Ensaio, 1990.

\_\_\_\_\_. **O capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

MAZZUCHELLI, F. **A Contradição em Processo:** o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MCLLROY, J. O Inverno do Sindicalismo. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. 21

Movimentação Contratual no Mercado de Trabalho Formal e Rotatividade no Brasil. **Ministério do Trabalho e Emprego,** 2010. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CF587A5012D090A7A0554C6/rotatividade\\_mao\\_de\\_obra.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CF587A5012D090A7A0554C6/rotatividade_mao_de_obra.pdf)> Acesso em: 08 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. **Século XX e Trabalho Industrial:** taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate. São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. **Microeletrônica e Produção Industrial:** uma crítica a noção de “revolução generalizada”. Textos para Discussão – UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Departamento de Sociologia, n°24, p.5-34, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Evolução dos Processos de Trabalho e a Natureza da Moderna Automação.** UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Estudos de Sociologia, n°01, p. 65-72, 1996. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/395>>. Acesso em: 05 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Repensando o Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NETTO, J.P. RAMALHO, J.R. Movimento Sindical e Política Neoliberal. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SABADINI, M. **Capital Fictício e Efeitos Sobre o Mundo do Trabalho.** Disponível em: <[http://starline.dnsalias.com:8080/abet/arquivos/25\\_6\\_2009\\_15\\_19\\_16.pdf](http://starline.dnsalias.com:8080/abet/arquivos/25_6_2009_15_19_16.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2010.

SAUVIAT, C. Os Fundos de Pensão e os Fundos Mútuos. In: CHESNAIS, F. (Org.) **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

TAUILE, J. R. **Para Reconstruir o Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.